

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

DIREITO ADMINISTRATIVO E GESTÃO PÚBLICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO ADMINISTRATIVO E GESTÃO PÚBLICA

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO
RESUMO
<p>O conceito de Direito Administrativo Brasileiro, para nós, sintetiza-se no conjunto harmônico de princípios jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado” (Meirelles, 1991). Celso Antônio Bandeira de Mello (2002) afirma que o direito administrativo é o ramo do direito público que disciplina a função administrativa, bem como pessoas e órgãos que a exercem. Hely Lopes Meirelles (1991), por sua vez, destaca que "os órgãos, agentes e atividades administrativas como instrumentos para realização dos fins desejados pelo Estado". Maria Sylvia Zanella Di Pietro afirma que o objeto do Direito Administrativo são os órgãos, agentes e as pessoas integrantes da Administração Pública no campo jurídico não contencioso. “O ramo do direito público que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade jurídica não contenciosa que exercer e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública.</p>
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>AULA 1 INTRODUÇÃO PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE PRINCÍPIO DA MORALIDADE PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA</p> <p>AULA 2 INTRODUÇÃO AUTARQUIA E EMPRESA PÚBLICA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E FUNDAÇÃO PÚBLICA PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AGENTES PÚBLICOS</p> <p>AULA 3 INTRODUÇÃO ATRIBUTOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS ESPÉCIES DE ATOS ADMINISTRATIVOS CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS</p> <p>AULA 4 INTRODUÇÃO CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO ADMINISTRATIVO PRINCÍPIOS INFORMADORES DA LICITAÇÃO MODALIDADES DE LICITAÇÃO CONTRATAÇÃO DIRETA</p> <p>AULA 5 INTRODUÇÃO</p>

DA PERMISSÃO
CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS
BENS PÚBLICOS
RESPONSABILIDADE DO ESTADO

AULA 6

INTRODUÇÃO
SINDICÂNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
FASES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E DA SINDICÂNCIA
DEFESA TÉCNICA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR OU NA
SINDICÂNCIA

BIBLIOGRAFIAS

- DINIZI, M. H. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações. 26. ed. São Paulo: Saraiva 2011. v. 2.
- MAZZA, A. Manual de direito administrativo. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Democracia, estado social e reforma gerencial. Rev. adm. empres., São Paulo, v. 50, n. 1, jan./mar. 2010.

DISCIPLINA:

ASSESSORIA EXECUTIVA E RELAÇÕES PÚBLICAS

RESUMO

Nesta disciplina abordaremos as principais funções que envolvem a assessoria, fazendo uma analogia com as funções que embasam o processo gerencial: planejar, organizar, dirigir e controlar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
PLANEJAR
ORGANIZAR
DIRIGIR
CONTROLAR

AULA 2

INTRODUÇÃO
ÁREA DE ATUAÇÃO: PÚBLICO E PRIVADO
ÁREA DE ATUAÇÃO: RAMOS
CONSULTORIA
NOVOS NICHOS

AULA 3

INTRODUÇÃO
GESTÃO DA INFORMAÇÃO
GESTÃO DO TEMPO
GESTÃO DE RECURSOS
GESTÃO DE PESSOAS

AULA 4

INTRODUÇÃO

VALORES

CRENÇAS

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL

INTELIGÊNCIA ESPIRITUAL

AULA 5

INTRODUÇÃO

COMUNICAÇÃO VERBAL E NÃO VERBAL

COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA

RAPPORT

EMPATIA

AULA 6

INTRODUÇÃO

O QUE SÃO OS SISTEMAS REPRESENTACIONAIS

SISTEMA REPRESENTACIONAIS

LINGUAGENS DO AMOR

TESTE AS CINCO LINGUAGENS DO AMOR

BIBLIOGRAFIAS

- ASSESSORIA. Dicio. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/assessoria/>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- WERNER, A.; OLIVEIRA, V. S. de. Secretariado executivo e relações públicas: uma parceria de sucesso. Curitiba: InterSaberes, 2014.
- SCHULTZ, G. Introdução à gestão de organizações. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.

DISCIPLINA:

GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

RESUMO

É bem conhecida a expressão de que os recursos (financeiros, materiais, tecnológicos) são escassos, mas as necessidades humanas são ilimitadas, daí ser impossível atender a todas as demandas de uma sociedade. Por isso, é preciso planejar todos os gastos, fazendo um orçamento e determinando as prioridades a serem alcançadas. Mas, para que fazemos um orçamento? Quando queremos estimar o custo de algo, costumamos levantar tudo o que será necessário para que ele se efetive. Precisamos ter disciplina, organização e equilíbrio nos gastos a fim de que um orçamento não fique aquém das expectativas. No setor público, a disciplina fiscal e a busca do equilíbrio entre receitas e despesas constituem elementos essenciais à saúde financeira do Estado. Isso possibilita a prestação de serviços públicos de qualidade, mantém o poder aquisitivo da moeda e um ambiente de negócios que traga crescimento e desenvolvimento econômico. E como isso se fundamenta no setor público? É o que veremos a partir de agora.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

CAMPO DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA O

FUNCIONAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÕES DO ESTADO E SUAS ATRIBUIÇÕES NA ERA CONTEMPORÂNEA

FUNÇÕES ECONÔMICAS DO ESTADO NA ERA CONTEMPORÂNEA

CASE: O PLANO REAL E A ESTABILIZAÇÃO DA MOEDA

AULA 2

INTRODUÇÃO

MODALIDADES ORÇAMENTÁRIAS

ORÇAMENTO PROGRAMA

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

CASE: AVALIAÇÃO DE RESULTADOS EM UMA AÇÃO GOVERNAMENTAL

AULA 3

INTRODUÇÃO

PLANO PLURIANUAL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

CASE: EMENDA PARLAMENTAR E SUA IMPORTÂNCIA NO ATENDIMENTO DAS PRIORIDADES SOCIAIS

AULA 4

INTRODUÇÃO

RECEITAS CORRENTES

RECEITAS DE CAPITAL

ESTÁGIOS DA RECEITA PÚBLICA

CASE: RECEITAS PÚBLICAS E A PRIVATIZAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS

AULA 5

INTRODUÇÃO

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA DE ACORDO COM A CATEGORIA ECONÔMICA

ESTÁGIOS DA DESPESA PÚBLICA

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

CASE – PUNIÇÃO APLICADA POR NÃO RESPEITAR A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E A CONSTITUIÇÃO

AULA 6

INTRODUÇÃO

SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL – SIAFI

CONTROLE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

CONTROLE EXTERNO

CASE: CONTROLE, TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO PARA CONSTRUIR UM PAÍS MELHOR

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Banco Central do Brasil. Plano Real. [S.d.].c. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/planoreal>. Acesso em: 9 set. 2021.
- GIACOMONI, J. Orçamento governamental. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- MARQUES, E. Finanças públicas – Administração financeira e orçamentária. São Paulo: Saraiva, 2015.

DISCIPLINA:

CONTABILIDADE PÚBLICA
RESUMO
<p>A contabilidade, na qualidade de ciência social aplicada, possui aspectos como qualquer outra ciência: um objeto de estudo, um objetivo e campos de aplicação. O objeto da ciência contábil, em seu sentido amplo, é o patrimônio constituído por bens, direitos e obrigações vinculados a uma entidade.</p> <p>Assim como ocorre em outras ciências, a contabilidade possui ramificações, seja para fins acadêmicos, seja para profissionais. Por ser a contabilidade governamental uma dessas ramificações da ciência contábil, não poderia ter um objeto diferente da ciência que a origina.</p>
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>AULA 1 INTRODUÇÃO ENTIDADES A QUE SE DESTINA A CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL LEIS E REGULAMENTOS APLICADOS À CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL CONVERGÊNCIA AOS PADRÕES INTERNACIONAIS ESTRUTURA CONCEITUAL APLICADA À CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL (NBC TSP)</p>
<p>AULA 2 INTRODUÇÃO REGIMES CONTÁBEIS APLICADOS À CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CRITÉRIOS PARA RECONHECIMENTO</p>
<p>AULA 3 INTRODUÇÃO INSTRUMENTOS PARA PLANEJAMENTO PÚBLICO RECEITA PÚBLICA DESPESA PÚBLICA ILUSTRAÇÃO – ETAPAS DA RECEITA E DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA</p>
<p>AULA 4 INTRODUÇÃO ESTRUTURA DO PCASP NATUREZA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL LANÇAMENTOS E REGRAS DE INTEGRIDADE SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL (SIAFI)</p>
<p>AULA 5 INTRODUÇÃO COMPONENTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS BALANÇO PATRIMONIAL DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</p>

AULA 6

INTRODUÇÃO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
BALANÇO FINANCEIRO E CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
NOTAS EXPLICATIVAS
CONSIDERAÇÕES FINAIS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- SOBRE O TESOURO Nacional. Tesouro Nacional, 15 maio 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2ASbQY5uUH8>. Acesso em: 22 out. 2019.
- ZEFF, S. A. A evolução do lasc para o lasb e os desafios enfrentados. Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo, v. 25, p. 300-320, set./dez. 2014.

DISCIPLINA:

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

RESUMO

O que é segurança da informação? O conceito de segurança em si já comporta vários significados. No idioma inglês, por exemplo, isso é diferenciado: o termo security refere-se à proteção contra ameaças intencionais, enquanto que seu sinônimo reliability indica a confiabilidade, a tolerância às falhas. Já o termo safety designa a proteção ao ambiente e aos seres vivos, incluindo-se aí a proteção à saúde e à vida. A segurança da informação é a parte da ciência da informação que tem por objetivo proteger os dados, as informações e o conhecimentos de modo a preservar o valor destes para os processos, produtos e serviços das pessoas e organizações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
SEGURANÇA NO CICLO DA VIDA DE INFORMAÇÃO
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO SUPOSTADA POR TIC
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO CONVENCIONAL
SEGURANÇA DA TIC NA OPERAÇÃO DOS NEGÓCIOS

AULA 2

INTRODUÇÃO
GESTÃO DE RISCOS
OS PROCESSOS DA GESTÃO DE RISCOS
TRATAMENTO DOS RISCOS
GESTÃO DA CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS

AULA 3

INTRODUÇÃO
ÁREAS DE CONTROLE
CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO
PADRÕES DE CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO
PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

AULA 4

INTRODUÇÃO
CRIPTOGRAFIA SIMÉTRICA
CRIPTOGRAFIA ASSIMÉTRICA
ASSINATURA DIGITAL
INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS

AULA 5

INTRODUÇÃO
MONITORAMENTO DE TRÁFEGO
REDES PRIVADAS
MALWARE
INVASÃO DE PRIVACIDADE

AULA 6

INTRODUÇÃO
GOVERNANÇA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL
CONSCIENTIZAÇÃO, TREINAMENTO E EDUCAÇÃO
PRINCÍPIOS ÉTICOS

BIBLIOGRAFIAS

- KOLBE Jr. A. Sistemas de segurança da informação na era do conhecimento. Curitiba: InterSaberes, 2017.
- SILVA, A. O que é TI (Tecnologia da Informação)? Adam Silva, Santo André, 19 mar. 2015. Disponível em <http://www.adamsilva.com.br/tecnologia/o-que-eti/#ixzz4yzh7smju>. Acesso em: 12 set. 2018.
- TURBAN, E.; VOLONINO, L. Tecnologia da informação para gestão: em busca de um melhor desempenho estratégico e operacional. 8. ed. São Paulo: Bookman, 2013.

DISCIPLINA:

ÉTICA, MORAL E TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA

RESUMO

Este material objetiva refletir sobre alguns dos conceitos necessários para a vivência em sociedade – a vida na pólis –, destacamos os de ética, moral e moralidade para que, ao compreender suas funções e distinções conceituais, possamos pensar de modo mais aprofundado sobre sua importância na vida cotidiana dos sujeitos e das sociedades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
CONCEITOS DE ÉTICA
CONCEITOS DE MORAL
CONCEITOS DE MORALIDADE
CONCEITOS, DISTINÇÕES E IMPLICAÇÕES ENTRE ÉTICA E POLÍTICA NA SOCIEDADE

AULA 2

INTRODUÇÃO
O PROGRESSO MORAL
CARÁTER HISTÓRICO DA MORAL
O PROGRESSO MORAL E O PROGRESSO HISTÓRICO SOCIAL – CARACTERÍSTICAS

E DESENVOLVIMENTO

PROGRESSO MORAL E PROGRESSO HISTÓRICO-SOCIAL: EM FACE DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E DA VIDA NA PÓLIS

AULA 3

INTRODUÇÃO

RELAÇÕES ENTRE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO

ORIGENS DO CONCEITO DE GESTÃO PÚBLICA

NOVAS MODALIDADES DE GESTÃO: PRÁTICAS INOVADORAS NA GESTÃO PÚBLICA

FUNDAMENTOS DA GESTÃO PÚBLICA

AULA 4

INTRODUÇÃO

A EXCELÊNCIA E A EFICIÊNCIA: IMPRESCINDÍVEIS À TRANSPARÊNCIA NA GOVERNANÇA PÚBLICA

A ÉTICA E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA E SUAS DECORRÊNCIAS

OS PRINCÍPIOS INFRACONSTITUCIONAIS E A TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA

O IMPACTO DA ÉTICA E AS NOVAS FORMAS DE GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE GLOBAL NO CONTEMPORÂNEO

AULA 5

INTRODUÇÃO

A VIVÊNCIA DO PRINCÍPIO DA MORALIDADE PÚBLICA

A LEGALIDADE, A VERACIDADE E A TRANSPARÊNCIA COMO CONSTITUTIVOS DA ÉTICA NA VIDA PÚBLICA

A LEI N. 12.527/2011 E O ACESSO A INFORMAÇÕES E SEUS ASPECTOS ÉTICOS-MORAIS

A QUESTÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA ETICIDADE NA GESTÃO PÚBLICA E O PROGRAMA BRASIL TRANSPARENTE

AULA 6

INTRODUÇÃO

FATORES ESSENCIAIS ÀS NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO PÚBLICA

O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA GESTÃO PÚBLICA E A LEI N. 12.527/2011

A NOVA CONCEPÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA E AS PRÁTICAS DA COMPLIANCE TRANSPARÊNCIA, COMPLIANCE, RESPONSABILIDADE SOCIAL E ALGUMAS COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS AO GESTOR PÚBLICO

BIBLIOGRAFIAS

- RODRIGUES, Z. A. L. Ética, cidadania e responsabilidade social nas instituições educativas. Curitiba: Camões, 2008.
- MORIN, E. O método 6: a ética da Ética. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- SANTOS, B. de S. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez, 2006.

DISCIPLINA:

EMPREENDEDORISMO E CAPACIDADE INOVADORA NO SETOR PÚBLICO

RESUMO

O Estado vem passando por transformações profundas em diversas áreas. Muitas dessas situações são provenientes das mudanças que têm ocorrido em todos os segmentos da sociedade. Assim, a ciência, a tecnologia e a sustentabilidade, por exemplo, alteram tanto a forma de o ser humano enxergar o mundo como, conseqüentemente, o seu padrão comportamental.

Dessa forma, o Estado precisa se adequar a essas novas maneiras de enxergar o mundo e de se adaptar às novas demandas. O que se busca, hoje, é um processo muito mais profundo do que apenas uma mudança de paradigmas; a necessidade atual é de transformação, alteração dos paradigmas existentes, oportunizando à organização que avance no desempenho dos papéis que, de fato, lhe competem.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

EMPREENDEDORISMO
EMPREENDEDORISMO NO BRASIL
EMPREENDEDORISMO PÚBLICO E PRIVADO
EMPREENDEDORISMO PÚBLICO
EMPREENDEDORISMO SOCIAL

AULA 2

EMPREENDEDORISMO E ESP
MODELO DE ESP NO BRASIL
EXEMPLOS DE ESP
ESP EM OUTROS PAÍSES

AULA 3

PROCESSO MIGRATÓRIO
CIDADES/REGIÕES
CIDADES INTELIGENTES
CIDADES INTELIGENTES X TICS
GOVERNOS INTELIGENTES

AULA 4

PARCERIAS
GOVERNO ELETRÔNICO
PARCERIAS INTERNAS + REDES COLABORATIVAS
DIFICULDADES DO GOVERNO ELETRÔNICO
DESAFIOS ATUAIS PARA O GOVERNO ELETRÔNICO

AULA 5

INFORMAÇÃO
BÚSSOLA DE TIMMONS
DESAFIOS DO ACESSO À INFORMAÇÃO
AÇÃO EMPREENDEDORA – FLUXO DE KINGDON
EMPREENDEDORISMO CORPORATIVO NO SETOR PÚBLICO

AULA 6

DIFICULDADES DE IMPLEMENTAÇÃO DA INOVAÇÃO E DO EMPREENDEDORISMO
ONDE POSSO INOVAR? (INTERNA)

ONDE POSSO INOVAR? (EXTERNA)

CANVAS ETAPA 1

CANVAS ETAPA 2

BIBLIOGRAFIAS

- SEBRAE. Gem. Global Entrepreneurship Monitor, 2016. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/GEM%20Nacional%20web.pdf>.
- SILVA, I. G. A reforma do Estado: a reforma do Estado brasileiro nos anos 90. São Paulo, 2001. Disponível em: http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v7_ilse_gomes.pdf. Acesso em: 11 jun. 2018.
- ZAMPETAKIS, L.; MOUSTAKIS, V. S. Uma pesquisa exploratória sobre os fatores que estimulam o empreendedorismo corporativo no setor público grego. International Journal of Manpower, v. 31, n. 8, 2010.

DISCIPLINA:

ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES

RESUMO

A famosa frase de Aristóteles diz que “somos seres sociais por natureza”, assim, precisamos ter contato com outras pessoas, e por isso mantemos relações sejam elas afetivas, profissionais, familiares entre outras. Entretanto, nem sempre esse contato é harmonioso, pois cada ser humano é único, ou seja, as pessoas são diferentes, com visões de mundo e formas de conceber a vida desiguais. Com isso, o conflito pode aparecer e existe a necessidade de ser solucionado e/ou controlado. O primeiro passo é identificar o conflito e suas influências, que podem ser tanto negativas como positivas. Muitas vezes, quando ouvimos a palavra conflito, normalmente a classificamos como algo negativo, mas veremos adiante que, em alguns casos, o conflito pode ser positivo. Além disso, serão abordados alguns conceitos, características, histórico e a visão do RH no Brasil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

A TEORIA EVOLUTIVA DOS CONFLITOS AO LONGO DA HISTÓRIA

A GESTÃO DE CONFLITOS COMO MEIO DE PACIFICAÇÃO NOS AMBIENTES

CORPORATIVOS: SURGIMENTO E ESTRUTURAÇÃO

TIPOS DE CONFLITOS, NIVEIS DE GRAVIDADE E FORMAS DE ADMINISTRÁ-LOS

A RESPOSTA AO CONFLITO CORPORATIVO NO BRASIL – VISÃO VOLTADA AO RH

AULA 2

INTRODUÇÃO

NEGOCIAÇÃO DE CONFLITOS COMO MÉTODO DE RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS

CONCILIAÇÃO COMO MÉTODO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E OS SEUS PRINCIPAIS ASPECTOS

ARBITRAGEM COMO MÉTODO DE SOLUÇÃO

AULA 3

INTRODUÇÃO

TECNOLOGIA, O SURGIMENTO DE NOVOS PARADIGMAS CONFLITUAIS E NOVAS

FORMAS DE ACESSO À JUSTIÇA

A PRÁTICA DA AVALIAÇÃO NEUTRA (NEUTRAL EVALUATION) E FACILITAÇÃO DE

DIÁLOGOS

A IMPLEMENTAÇÃO DE COMITÊS INTERNOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS
FORMAÇÃO DE MEDIADORES E GESTORES MEDIADORES DE CONFLITOS
CORPORATIVOS: A VISÃO DA ÁGUA

AULA 4

INTRODUÇÃO

A CULTURA DA PAZ COMO UM ELEMENTO A SER IMPLEMENTADO NO AMBIENTE CORPORATIVO

O CLIMA ORGANIZACIONAL NAS CORPORAÇÕES E A RELAÇÃO COM O ADOECIMENTO NO TRABALHO

O RH COMO INTERLOCUTOR E SEU PAPEL NA MEDIAÇÃO E PACIFICAÇÃO DOS CONFLITOS

GESTÃO DE CONFLITOS CORPORATIVOS COMO UM DESAFIO ORGANIZACIONAL: DA TEORIA À PRÁTICA

AULA 5

INTRODUÇÃO

PRINCIPAIS ASPECTOS E A APLICABILIDADE DA TEORIA DOS JOGOS (TEORIA DO EQUILÍBRIO DE JOHN NASH)

A TRANSFORMAÇÃO PELA MEDIAÇÃO DOS CONFLITOS: A PRÁTICA DA MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA

A NEGOCIAÇÃO COMO FERRAMENTA DOS CONFLITOS ORGANIZACIONAIS: PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL – HABILIDADE DO GESTOR NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

AULA 6

INTRODUÇÃO

CONCILIAÇÃO COMO MÉTODO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

A PRÁTICA DA MEDIAÇÃO PELO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

ARBITRAGEM: UMA ANÁLISE PRÁTICA A RESPEITO DA SUBMISSÃO DE UM CONFLITO TRABALHISTA À ARBITRAGEM

CONCLUINDO

BIBLIOGRAFIAS

- LEVY, F., BURBRIDGE, M., et al. O papel do RH na Gestão de conflitos organizacionais. Resultados da pesquisa conduzida pelo grupo de estudos da ABRH-SP sobre recursos humanos e a gestão de conflitos organizacionais. 2016.
- SANTOS, M. L. dos. Resolução de conflitos: dialogando com a cultura de paz e o modelo multiportas (livro eletrônico) Curitiba: Intersaberes, 2020.
- VASCONCELOS, C.E. de. Mediação de conflitos e práticas restaurativas. São Paulo: Método, 2017.

DISCIPLINA:

LICITAÇÕES E CONTRATOS

RESUMO

A licitação pública se apresenta como um dos principais temas do direito administrativo, pois nada mais é do que um dos caminhos aptos a estabelecer relação entre a Administração Pública e os particulares. Representa, igualmente, o procedimento regular

e prévio destinado à contratação pública, objetivando, igualmente, a seleção da proposta mais vantajosa ao Estado. Nesta aula, serão abordados os diferentes objetos capazes de integrar o procedimento licitatório, assim como os pressupostos que servem de base para a efetiva instauração do certame, com a exposição das principais previsões legais acerca desse tema, elucidando-se a regulamentação da licitação pública no Brasil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
AS RAZÕES DE LICITAR
PRESSUPOSTOS DA LICITAÇÃO PÚBLICA
OBJETO DA LICITAÇÃO
ORDENAMENTO JURÍDICO

AULA 2

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS: LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE E MORALIDADE ADMINISTRATIVA
PRINCÍPIOS: PUBLICIDADE E MOTIVAÇÃO
PRINCÍPIOS: VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
PRINCÍPIOS: JULGAMENTO OBJETIVO E DA ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA

AULA 3

INTRODUÇÃO
MODALIDADES: CONVITE, CONCURSO E LEILÃO
LICITAÇÕES EXTRAVAGANTES À LEI GERAL DE LICITAÇÕES
PECULIARIDADES APLICADAS A MODALIDADES
TIPOS DE LICITAÇÃO

AULA 4

INTRODUÇÃO
ETAPA EXTERNA: DIVULGAÇÃO DO EDITAL
FASE DE HABILITAÇÃO
JULGAMENTO, HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PARTICULARIDADES DO PREGÃO, DA TOMADA DE PREÇOS E DO CONVITE

AULA 5

INTRODUÇÃO
CONTRATOS ADMINISTRATIVO: CARACTERÍSTICAS
CONTRATOS ADMINISTRATIVO: OBRAS E SERVIÇOS
CONTRATOS ADMINISTRATIVO: FORNECIMENTO OU COMPRA
CONTRATOS ADMINISTRATIVO: ALIENAÇÃO, LOCAÇÃO E DE CONCESSÃO E PERMISSÃO

AULA 6

INTRODUÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO: CLÁUSULAS EXORBITANTES
CONTRATO ADMINISTRATIVO: EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO E ANULAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO: EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

CONTRATO ADMINISTRATIVO: EXTINÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- FURTADO, L. R. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 2012.
- JUSTEN FILHO, M. Curso de direito administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- MARINELA, F. Direito administrativo. Niterói: Impetus, 2010.

DISCIPLINA:

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E PROFISSIONAIS

RESUMO

O curso de gestão de pessoas na área pública compreende vários aspectos, dentre eles: tendências e desafios na era digital; carreira do servidor público; gestão de pessoas no setor público e gestão de talentos; gestão de talentos como instrumento para a melhoria de desempenho; gestão de talentos como instrumento para a transformação e política governamental para gestão de pessoas. Todos eles serão abordados nesta disciplina

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

IMPACTOS: GESTÃO DE PESSOAS NA ERA DIGITAL

GESTÃO DE PESSOAS NA ERA DIGITAL

FATOR HUMANO

HABILIDADES NA GESTÃO DE PESSOAS

PRINCIPAIS DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA

AULA 2

CARTA IBERO-AMERICANA DA FUNÇÃO PÚBLICA

ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO (LEI N. 8.112/1990) – PARTE 1

ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO (LEI N. 8.112/1990) – PARTE 2

CÓDIGO DE ÉTICA (DECRETO N. 1.171/1994), VEDAÇÃO AO NEPOTISMO (SÚMULA VINCULANTE N. 13) E PROCESSO DISCIPLINAR (LEI N. 8.112/1990)

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

AULA 3

GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO: DESAFIOS E TENDÊNCIAS

GESTÃO DE TALENTOS

DO CONCURSO PÚBLICO À INTEGRAÇÃO

RECOMPENSAR E DESENVOLVER

MANTER E AVALIAR

AULA 4

CONSTRUÇÃO DE UM MODELO GERENCIAL

GESTÃO DE COMPETÊNCIA

GESTÃO DO CONHECIMENTO

COMPORTAMENTO E MOTIVAÇÃO

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

AULA 5

TRANSFORMAÇÃO ORGANIZACIONAL

LIDERANÇA (PARTE I)

LIDERANÇA (PARTE II)

COACHING

INOVAÇÃO

AULA 6

INTRODUÇÃO

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ESTRATÉGIA PARA DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (IPEA)

POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS

PLANO DE CAPACITAÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2010.
- KNAPIK, J. Gestão de Pessoas e Talentos. Curitiba: IBPEX, 2008.
- Carta Iberoamericana de Calidad en la Gestión Pública. X Conferencia Iberoamericana de Ministros de Administración Pública y Reforma del Estado. San Salvador, El Salvador, 26 y 27 de junio de 2008.

DISCIPLINA:

RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAS

RESUMO

No mundo atual, a competitividade e a mutabilidade do mercado têm lançado as organizações em um ambiente de concorrência no qual resultados é sinônimo de sucesso. Uma das mais importantes chaves para alcançar esse sucesso são os colaboradores da organização, fontes de percepção, criatividade e inteligência. Por isso, mais do que nunca, hoje, identificar e selecionar talentos são tarefas decisivas para o êxito empresarial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

VISÃO HISTÓRICA SOBRE O TRABALHO

TRABALHO, OCUPAÇÃO E EMPREGO

O SER HUMANO E O TRABALHO

O MERCADO DE TRABALHO

EMPREGABILIDADE

AULA 2

MOVIMENTAÇÃO E PLANEJAMENTO DO QUADRO DE PESSOAL

RECRUTAMENTO DE PESSOAL

TIPOS DE RECRUTAMENTO

FONTES DE RECRUTAMENTO

ETAPAS DO PROCESSO DE RECRUTAMENTO

AULA 3

SELEÇÃO DE PESSOAL

ETAPAS DO PROCESSO DE SELEÇÃO

FERRAMENTAS DE SELEÇÃO

ENTREVISTA DE SELEÇÃO

DINÂMICAS DE GRUPO

AULA 4

SELEÇÃO POR COMPETÊNCIAS
NOÇÕES SOBRE COMPETÊNCIAS
COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS, INDIVIDUAIS E FUNCIONAIS
ENTREVISTA POR COMPETÊNCIAS
DINÂMICA DE GRUPO

AULA 5

RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO
PROCESSO DE CONTRATAÇÃO
TRÂMITES LEGAIS DA CONTRATAÇÃO
CONTRATO DE TRABALHO
EXAMES ADMISSIONAIS

AULA 6

CULTURA ORGANIZACIONAL
INTEGRAÇÃO DO NOVO COLABORADOR
AVALIAÇÃO DO PERÍODO DE EXPERIÊNCIA
ENTREVISTA DE DESLIGAMENTO
PROCESSOS DE RECOLOCAÇÃO (OUTPLACEMENT)

BIBLIOGRAFIAS

- FRANZOI, Naira Lisboa. Ocupação. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/ocu.html>.
- LOTZ, E. G.; BURDA, J. A. Recrutamento e seleção de talentos. Curitiba: Intersaberes, 2015.
- UFRGS. A Etimologia do Trabalho. Disponível em: http://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/trabalho/etim_trab.htm. Acesso em 28 de set. de 2016.

DISCIPLINA:

INOVAÇÃO E BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO PÚBLICA

RESUMO

A Administração Pública está inserida em um ambiente excessivamente complexo, em que as mudanças acontecem de maneira imprevisível e com um ritmo acelerado. Em virtude disso, a amplitude das diversidades de fatores internos e externos influenciam o desempenho organizacional. Neste contexto, a Administração Pública deve estar sempre inovando e apresentando as boas práticas no gerenciamento da coisa pública.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
ESTADO, GOVERNO E NAÇÃO
POLÍTICAS PÚBLICAS
SERVIÇOS PÚBLICOS
FALHAS DE GOVERNO

AULA 2

INTRODUÇÃO
MODELO BUROCRÁTICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MODELO GERENCIAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE OS MODELOS BUROCRÁTICO E GERENCIAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

NOVA GESTÃO PÚBLICA NAS REFORMAS SOCIAL-DEMOCRÁTICA E SOCIAL-LIBERAL

AULA 3

INTRODUÇÃO

VALORES UNIVERSAIS

ÉTICA E CIDADANIA NA GESTÃO PÚBLICA

TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO E A LEI Nº 12.527/2011

A ÉTICA E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

AULA 4

INTRODUÇÃO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ORIENTADA PARA A GESTÃO POR RESULTADOS
GOVERNABILIDADE, GOVERNANÇA E ACCOUNTABILITY

O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EXCELÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA

AULA 5

INTRODUÇÃO

ESTRUTURAÇÃO DO CUSTOMER SUCCESS

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

PAPEL DO PARLAMENTO NA EFICÁCIA DO DESENVOLVIMENTO E NOS OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ORÇAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AULA 6

INTRODUÇÃO

ODS 1 E ODS 5

ODS 9 E ODS 10

MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO E PARCERIA GLOBAL

ESTRATÉGIAS PARA INCORPORAR A AGENDA 2030 NO BRASIL

BIBLIOGRAFIAS

- PEREIRA, L. C. B. Estado, aparelho de Estado e sociedade civil. Texto para discussão. Brasília, ENAP, 1995. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/papers/1995/95-Estado_aparelho_do_estado_sociedade_civil-TD-ENAP.pdf. Acesso em: 24 jul. 2019.
- PALLUDO, A. V. Administração pública: teoria e questões. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- BRUDEKI, N. M.; BERNARDI, J. Gestão de serviços públicos. Curitiba: InterSaberes, 2013.